

Terciarização e território: emergência de novas configurações espaciais? *

0. INTRODUÇÃO

Em texto anterior (Ferrão, 1988) procurou-se salientar alguns dos aspectos mais relevantes quanto à génese e ao significado do processo de terciarização que, embora com desigual intensidade, tem marcado a evolução recente dos países mais desenvolvidos. Afirmou-se então ser incorrecto confundir o actual processo de terciarização com a expansão do sector terciário tal como Colin Clark o entendia, tendo-se defendido uma visão mais trans-sectorial, em que os serviços em geral, e os de apoio às actividades económicas em particular, surgem como uma componente privilegiada e estratégica da reestruturação em curso dos sistemas produtivos. Essa análise, centrada em torno da identificação de processos e tendências globais, será agora enriquecida através da introdução de um novo elemento: o espaço.

Não é tarefa fácil procurar compreender as relações que tendem a estabelecer-se entre o processo de terciarização e a eclosão de novas formas de ocupação e organização do território. Justificações para esta observação podem ser estruturadas em dois planos. A um nível mais geral, é necessário ter presente a impossibilidade de se dissociar esta questão de uma outra, muito mais ampla, que tem polarizado debates infundáveis: a das relações entre *sociedade* e *espaço*. A um nível mais específico, não pode deixar-se de atender à actual carência de estudos suficientemente sistematizados e conclusivos acerca do tipo de interacções existentes entre os dois elementos que aqui se pretende relacionar: *terciarização e território*.

Um longo percurso teórico e metodológico foi percorrido nos últimos 100 anos, no que se refere ao modo como as relações entre sociedade e espaço têm sido concebidas: do determinismo geográfico mais primário à consideração do espaço como um mero produto social; das regiões entendidas como

* Texto elaborado no âmbito da segunda fase do projecto n.º 87 410 da JNICT: «Terciarização e inovação social. Reestruturação organizativa e recomposição dos mercados de trabalho em diferentes contextos geográficos.» A versão final deste texto deve bastante às sugestões e críticas efectuadas por A. J. Mendes Baptista, José Afonso Teixeira e Maria Alexandre Louzada, a quem não podemos deixar de expressar o nosso agradecimento.

o resultado de um longo processo de adaptação dos diferentes agrupamentos humanos aos meios onde habitam ao espaço encarado como receptáculo de geometria variável onde homens e actividades se localizam e distribuem em função de critérios de racionalidade económica.

Reconhece-se hoje que as relações entre sociedade e espaço — realidades em permanente reconstrução — são bem mais complexas. Vale a pena, neste contexto, recordar as palavras de Dear: «As society evolves, so does its spatial expression; but by the same token, the geographical form will have repercussions on the social forces themselves. This reflexive impact of space on society can be achieved in many different ways. In simple terms, social relations are *constituted through space* (e. g., the organization of production in resource-based activities and environments); *constrained by space* (such as the inertia imposed by the built environment or the limits imposed by natural hazards); or *mediated through space* (including the development of ideology and beliefs withing geographically — confined regions or locals) (Dear, 1988, p. 269; sublinhado nosso).

Uma análise integrada da terciarização e do território terá, pois, de procurar contemplar esta diversidade de interações. Da terciarização ao território e do território à terciarização: dois percursos indispensáveis que se cruzam e enriquecem mutuamente e que procuraremos clarificar ao longo deste texto.

As relações entre terciarização e território têm sido contempladas a partir de duas ópticas relativamente autónomas, embora parcialmente sobreponíveis.

De um lado colocam-se os autores que têm procurado identificar as transformações territoriais associadas ao desenvolvimento das sociedades ditas pós-industriais: novos padrões de localização das diversas actividades, evolução do grau de dinamismo das diferentes regiões, etc. A tese subjacente é, quase sempre, a do declínio, absoluto ou relativo, das áreas onde predomina o modelo de crescimento industrial do pós-guerra opondo-se à emergência das regiões que evidenciam condições socioeconómicas mais favoráveis à criação ou atracção de unidades que desenvolvem a sua actividade nos segmentos mais inovadores do mercado (serviços «avançados», indústrias de alta tecnologia, etc.).

Do outro lado posicionam-se os que centram a sua atenção naquelas que parecem continuar a ser as duas janelas de observação privilegiadas das relações que tendem a estabelecer-se entre terciarização e território: as novas tecnologias de informação e telecomunicação e as empresas prestadoras de serviços (sobretudo os de apoio às actividades económicas). O grau de «flexibilidade locacional», para retomar a expressão de Coffey (1990), proporcionado pelas primeiras e atribuível às segundas, constitui o tema central de debate para estes autores. Contribuirão as novas tecnologias de informação e comunicação e as empresas de serviços «avançados» para padrões de distribuição geograficamente mais dispersos das actividades e das populações? Constituirão estes elementos factores de reequilíbrio espacial, subalternizando as vantagens decorrentes da concentração geográfica e da cen-

tralização de decisões e criando novas oportunidades para as áreas e aglomerações de localização mais marginal?

O debate que, com alguma intensidade, se desenvolveu na segunda metade da década de 80 sobre os previsíveis efeitos espaciais do actual processo de terciarização reflecte nitidamente os dois pontos de partida acima referidos. E, se é verdade que algumas das questões levantadas por uns e outros tendem a convergir ou mesmo a coincidir, não é menos certo que o carácter recente deste debate dificulta, de momento, uma análise que integre coerentemente os vários contributos efectuados. Os comentários que se seguem não deixam de reflectir essa situação.

Na primeira parte tentar-se-á enquadrar o tipo de transformações espaciais que acompanham o actual processo de terciarização. Trata-se, em suma, de averiguar se esse processo implica possibilidades e princípios radicalmente distintos de ocupação e organização do território, contribuindo para a eclosão do que alguns autores têm designado por *novas geografias*, isto é, novos padrões de localização, relações distintas —em quantidade e sobretudo qualidade— entre diferentes lugares e regiões, transformação das condições de desenvolvimento de cada área, etc. Invocar-se-á o caso dos sistemas urbanos como exemplo privilegiado de algumas das componentes mais relevantes das mudanças em curso.

A segunda parte incide especificamente sobre as novas tecnologias de informação e telecomunicação e as empresas de serviços intermédios (isto é, serviços de apoio às actividades económicas). Procurar-se-á sistematizar as principais linhas de argumentação que têm sido utilizadas no debate gerado em torno da avaliação do impacte territorial —no duplo sentido de distribuição geográfica e de condições de desenvolvimento regional— decorrente do crescente recurso a novas tecnologias e a empresas de serviços.

Finalmente, numa terceira parte, tentar-se-á enriquecer a análise das relações entre terciarização e território introduzindo um outro debate que tem animado nos últimos anos interessantes discussões entre especialistas das questões regionais. Trata-se da problemática desenvolvida em torno das condições de emergência e dos modos de estruturação de *complexos territoriais* que se têm revelado particularmente inovadores e competitivos ao nível mundial. Este debate tem a vantagem, relativamente aos anteriores, de adoptar uma postura analítica complementar: não se trata, agora, de identificar os *impactes territoriais* da terciarização, mas antes de investigar o modo como diferentes *condições territoriais* interferem nas características dos processos de terciarização.

1. DA TERCIARIZAÇÃO AO TERRITÓRIO: NOVOS CONTORNOS DE UM ESPAÇO EM RECONFIGURAÇÃO

Foram talvez Sternlieb e Hughes (1975) os primeiros a colocar a hipótese de a passagem a uma sociedade pós-industrial (na acepção de Daniel Bell)

ser acompanhada pela emergência de novas configurações espaciais. Já na década de 80, autores como D. Clark (1984) ou W. F. Keinath Jr. (1985) se preocuparam igualmente com a componente espacial das sociedades ditas pós-industriais, procurando identificar e compreender as novas geografias em formação, a partir da análise da realidade dos EUA.

Os estudos efectuados, apesar de demasiado dependentes da concepção de «pós-industrial» proposta por Bell, tiveram o indiscutível mérito de sublinhar a *territorialidade diferenciada do(s) processo(s) de terciarização em curso*.

Por um lado, tornou-se óbvio que muitas das transformações associáveis à crescente terciarização das sociedades actuais possuem impactes relevantes sobre o território. Mas, ao mesmo tempo, tornava-se também evidente que essa observação, de carácter global, não deveria fazer esquecer a existência quer de territórios praticamente imunes (marginalizados?) a esse tipo de mudanças, quer de «conteúdos territoriais» distintos formalizando tendências estruturais semelhantes.

Parece, pois, poder concluir-se que as novas configurações espaciais em emergência não só não se generalizam necessariamente a todas as regiões de um mesmo país, como albergam situações diversificadas no seu seio.

Quais os vectores mais significativos dos processos de reconfiguração espacial associados ao avanço da terciarização nas sociedades actuais? Dois parecem merecer especial destaque: a crescente possibilidade de interacção «instantânea» entre territórios geograficamente distantes e, consequência inevitável do primeiro, a crescente possibilidade de aproveitar de uma forma integrada a diversidade de especificidades locais, inserindo-as em estratégias de actuação de carácter global.

As sociedades actuais estruturam-se cada vez mais em dois tipos de espaço simultâneos: o *espaço geográfico* e o *espaço topológico*. Para o primeiro, a proximidade física é fundamental; no segundo caso, é o grau de acesso a diferentes tipos de rede (físicas, como no caso dos transportes de pessoas e mercadorias, ou imateriais, envolvendo circulação de informação estratégica, por exemplo) e a centralidade ocupada no interior de cada uma delas que correspondem aos elementos decisivos.

Alguns autores (por exemplo, Castells e Henderson, 1987) defendem que a conjugação de fenómenos relativamente distintos, como a expansão das tecnologias de informação e telecomunicação, a internacionalização dos mercados ou a multiplicação de organizações transnacionais, se traduz pela passagem de um «espaço de lugares» a um «espaço de fluxos».

É verdade que as novas tecnologias de informação, o recurso crescente a satélites e a redes por cabo, a telemática, etc., retiram algum significado ao fenómeno designado por «fricção da distância», isto é, ao facto de a distância física constituir um obstáculo relevante no que se refere à possibilidade de contactos e interacção entre pessoas, instituições ou lugares. Mas, na realidade, o «espaço de fluxos» não se substitui radicalmente ao «espaço de lugares», antes se articula com ele, num processo complexo em que mecanismos globais e especificidades locais se sustentam reciprocamente.

De facto, mais importante do que a hipotética passagem de um «espaço de lugares» a um «espaço de fluxos» é a possibilidade crescente de se definirem estratégias globais assentes na valorização da diversidade local. A *compressão espaço-temporal* (Salgueiro, 1991) decorrente das novas tecnologias de transporte e comunicação significa que, mais do que nunca, tudo está mais perto, tudo é mais interactivo, mais interdependente... «Pensar global, actuar local» deixa de ser um *slogan*, para se transformar numa realidade que se generaliza — de modo desigual, é certo — a um número cada vez maior de indivíduos e organizações.

As consequências espaciais da crescente (possibilidade de) interacção entre os processos globais de reestruturação das sociedades actuais e as características relativamente específicas de cada lugar — de que as estratégias desenvolvidas pelas empresas transnacionais constituem talvez o exemplo mais expressivo — são diversificadas e por vezes contraditórias.

Salientemos algumas:

As mudanças ocorridas em cada território, independentemente do sentido em que se fazem (ou não...) sentir, encontram-se cada vez mais dependentes da acção de agentes exógenos, actuando a partir do exterior ou implantados na própria área;

Esta (inter)dependência tanto pode contribuir para reforçar identidades ao nível local, funcionando os contactos com agentes do «exterior» como catalisadores do sentido de pertença a um mesmo lugar ou território, como promover a crescente fragmentação e descontextualização das realidades locais, como ainda traduzir-se pelas duas tendências em simultâneo, alimentando fortes tensões entre forças de carácter centrípeto (aglutinadores) e centrífugo (desagregadoras);

O reforço da possibilidade de interacção propicia, por outro lado, uma maior rotação no que se refere ao uso dos diferentes espaços, introduzindo alterações por vezes radicais relativamente a «vocações regionais» (áreas turísticas, agrícolas, industriais, etc.) até há pouco consideradas indiscutíveis, porque «naturais»;

A maior capacidade de rotação de uso dos vários espaços desencadeia novas situações de desenvolvimento regional desigual, processos esses que tanto podem acentuar desequilíbrios já existentes como introduzir clivagens territorialmente descoincidentes das anteriores (veja-se, por exemplo, o «movimento para o sul» das actividades mais inovadoras verificado nos EUA, no Reino Unido ou na Alemanha).

A(s) nova(s) espacialidade(s) em emergência, reflexo da dupla tendência estrutural «crescente interacção territorial»/«crescente aproveitamento da diversidade de especificidades locais», concretizam-se pelo aprofundamento, no interior de cada país, de *configurações territoriais de tipo arquipélago*, onde as ilhas correspondem às situações integradas em redes (físicas e imateriais) de âmbito nacional e sobretudo supranacional e os espaços submer-

so aos casos de desconexão relativamente a essas mesmas redes. O modo como os sistemas urbanos dos países mais avançados têm vindo a segmentar-se — destacando-se, por um lado, um sector fortemente internacionalizado, constituído por lugares de dimensão variável, mas com condições para concorrer com outros centros urbanos localizados por vezes a milhares de quilómetros de distância, e, por outro lado, um conjunto numeroso de aglomerações cuja influência não ultrapassa os níveis sub-regional ou regional — ilustra bem o significado dessas configurações em arquipélago. Mas outras situações, a que adiante se aludirá, traduzem de forma igualmente expressiva essa mesma tendência.

Os sistemas urbanos estruturam, de facto, uma boa parte do modo como evoluem as configurações territoriais em arquipélago. Torna-se, pois, particularmente importante compreender as principais componentes do movimento de reestruturação que tem vindo a afectar os sistemas urbanos dos países em «pós-industrialização».

O traço mais marcante parece residir na tendência recente para esses sistemas urbanos se organizarem de uma forma funcionalmente menos hierarquizada, mas mais segmentada em termos de especializações, isto é, acentuando-se as complementaridades existentes entre diferentes aglomerações no que se refere às funções de carácter supra-local. Trata-se, afinal, de uma tendência bem mais global, que privilegia a organização flexível e de tipo reticular em detrimento das estruturas rígidas e fortemente hierarquizadas¹. No caso dos sistemas urbanos, esta tendência significa que a tradicional concorrência entre os lugares mais próximos de um mesmo nível hierárquico é agora complementada ou mesmo parcialmente substituída por uma outra lógica de estruturação, através da qual aglomerações urbanas vizinhas se organizam em rede, de modo a maximizar as suas complementaridades e, por esta forma, aumentar a sua capacidade de competir com centros urbanos «individuais» ou com complexos urbanos especializados no mesmo tipo de valências funcionais (económicas, culturais, etc.).

Dois vectores fundamentais concorrem para esta tendência. Por um lado, o modo diferenciado como as grandes cidades se internacionalizam, apoiando-se em especializações que as tornem competitivas em mercados (económicos, culturais, etc.) globais. Por outro lado, o enfraquecimento de alguns níveis médios dos sistemas urbanos nacionais (Noyelle, 1985; Cappelin, 1988-a e 1988-b; Törnqvist, 1988), como consequência de estratégias de desintegração vertical desenvolvidas quer por empresas do sector privado, quer por instituições públicas: exteriorização tanto dos serviços mais exigentes em contactos pessoais directos e em mão-de-obra qualificada, e que, por essa razão, tendem a ser transferidos para centros urbanos de nível hierárquico

¹ Um exemplo concreto do tipo de tensões que se podem gerar entre as lógicas, por um lado, de polarização por um grande centro urbano e, por outro, de organização em rede envolvendo diversas aglomerações de dimensão mais reduzida, pode ver-se na análise efectuada por Domingues (1990) acerca dos padrões de localização das empresas de serviços na região Norte Litoral.

mais elevado (movimento de *filtering upward*), como de serviços estandarizados e rotinizados (processamento de informação, transporte, distribuição, etc.), deslocados para áreas bem servidas por redes de transporte e comunicações, mas que proporcionam custos salariais inferiores (movimento de *filtering downward*). Esta dupla sangria, de sentido ascendente e descendente, contribuiu para fragilizar a base económica de alguns centros urbanos de média dimensão², sobretudo nos EUA, ao longo da década de 70.

Paralelamente, a afirmação recente de aglomerações urbanas de relativa pequena dimensão como centros de prestação de serviços «avançados», reflexo de um tecido económico local inovador, especializado e muitas vezes internacionalizado, ajudou a multiplicar o número de casos cuja posição relativa no seio dos sistemas urbanos nacionais não se adequa aos critérios convencionais de hierarquização das várias aglomerações — total de população, níveis de equipamento social, diversidade de serviços à população, etc. (Daniels, 1985).

A estrutura em pirâmide, funcionalmente hierarquizada, dos sistemas urbanos do pós-guerra, em que o tipo de actividades desenvolvidas se encontrava intimamente associado à dimensão das aglomerações, tende, portanto, a dar lugar a realidades mais diversificadas, de que se destacam três situações-tipo:

As principais aglomerações urbanas, que centralizam grande parte dos serviços mais inovadores e estratégicos; fortemente internacionalizadas e funcionando em intensa interacção (concorrência e cooperação), constituem o que alguns autores têm designado por «cidades globais»;

Os centros urbanos que, independentemente da dimensão que possuem, concentram no essencial serviços de apoio às populações (administração pública, ensino, saúde, etc.) e às actividades económicas (serviços financeiros e consultoria técnica de nível médio, etc.) existentes na região onde se localizam; nestes casos, a internacionalização é escassa ou mesmo nula e, quando se verifica, traduz-se sobretudo por situações de dependência em relação ao exterior (importação de produtos e serviços, por exemplo);

As aglomerações cujo dinamismo, assente numa sólida expansão dos serviços às empresas, se deve à existência de um tecido produtivo especializado e competitivo, primeiro ao nível nacional e, mais tarde, em termos internacionais; algumas médias e mesmo pequenas cidades italianas ilustram de forma eloquente este tipo de situação ao evoluírem de centros especializados em determinados produtos industriais (vestuário, por exemplo) para pólos de inovação mundial em serviços de apoio a essas actividades (comercialização, moda, *design*, etc.).

² Conforme salienta Coffey (1990), também a multiplicação dos casos de aquisição de empresas locais por outras sedeadas no exterior contribuiu para desviar para centros urbanos de nível hierárquico superior determinados segmentos da procura de serviços que até aí eram satisfeitos na própria área.

Qualificação, especialização, interacção e internacionalização parecem, pois, corresponder a quatro componentes indispensáveis para sustentar de forma duradoura situações territorialmente bem sucedidas, cruzando «espaços de lugares» e «espaços topológicos», estruturas hierarquizadas e organizações em rede, concorrência e complementaridade.

2. AINDA DA TERCIARIZAÇÃO AO TERRITÓRIO: AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO E AS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS, FACTORES PRIVILEGIADOS DE REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A avaliação do impacte das *novas tecnologias de informação e telecomunicação* sobre a organização do território e as condições de desenvolvimento regional encontra-se, nos seus aspectos fundamentais, polarizada por três famílias de interpretação.

Para alguns autores, defensores de uma visão modernista e, portanto, apologistas das novas tecnologias como factores que conduzem à uniformização das condições de desenvolvimento, esse impacte seria indubitavelmente positivo. A este propósito, Gottman (1983) relembra o seguinte comentário, efectuado nos anos 20, acerca do previsível impacte da utilização generalizada do telefone: «[...] with telephone in the house, a buggy in the barn and a rural mailbox at the gate the problems of how to keep the boys and the girls on the farm is solved.» Mais recentemente, Abler (1970) expressa uma visão idêntica, mas talvez de forma ainda mais incisiva: «Advances in information transmission may soon permit us to disperse information — gathering and decision — making activities from metropolitan centres, and electronic communication media will make all kinds of information equally abundant everywhere in the nation, if not the world.» As novas tecnologias de informação e telecomunicação surgem, para estes autores, como factor decisivo para contrariar e mesmo contrabalançar a tendência, recorrente pelo menos a partir de finais do século passado, de crescente concentração de pessoas e actividades em centros urbanos de dimensão cada vez maior.

No pólo oposto, é possível identificar um discurso basicamente pessimista sobre as relações entre novas tecnologias de informação e telecomunicação e desenvolvimento regional. Por exemplo, Castells e Henderson (1987), para quem as novas tecnologias ocupam um papel tão decisivo no modelo de desenvolvimento emergente após a crise dos anos 70 que designam a reestruturação global das sociedades actuais como um processo «tecneconómico», defendem que, na ausência de mecanismos que assegurem uma adequada redistribuição da riqueza criada, «the application of new technologies is likely to contribute to the growing inequality and social polarization associated with current economic policies» (p. 6).

Entre os dois tipos de discurso anteriormente referidos, um leque diversificado de autores tem insistido na necessidade de encarar as relações entre

as novas tecnologias de informação e telecomunicação e o desenvolvimento regional, levando em conta, por um lado, que essas tecnologias serão muito provavelmente condição necessária, mas, por si só, insuficiente, de desenvolvimento regional e, por outro lado, que o seu impacto deve ser analisado em termos de balanço, contabilizando-se custos e benefícios, potencialidades e virtualidades, tensões e oportunidades de mudança. Como afirmam Leborgne e Lipietz (1987): «Like the God Janus; new technologies are double-faced. They supply opportunities for both social regression and progress» (p. 27). Mais decisivo tem sido, talvez, o facto de alguns destes autores (Cappellin, 1988-a; Cuadrado Roura, 1990; Törnqvist, 1988) introduzirem explicitamente elementos de interpretação que ultrapassam as visões mais convencionais, centradas em argumentos técnicos (a possibilidade de descentralização total) e económicos (as regiões mais ricas e dinâmicas revelando maior capacidade de procura e realização das infra-estruturas necessárias, agravando-se, por esta via, desequilíbrios territoriais já existentes). Factores de ordem organizacional, cultural e social são igualmente invocados, de modo a proporcionar um entendimento mais global da diversidade de comportamentos que se verificam em relação ao recurso a novas tecnologias por parte de indivíduos, organizações e instituições.

A generalização das novas tecnologias de informação e telecomunicação favorecerá a descentralização e a desconcentração ou, pelo contrário, acentuará a centralização e a concentração? Estas novas tecnologias correspondem a elementos decisivos para a erradicação dos actuais desequilíbrios regionais, ou contribuirão antes para reforçar clivagens anteriores ou mesmo para fomentar desigualdades até agora inexistentes?

A posição correcta, se existe, parece ser a que Törnqvist (1988) nos propõe: «The new information technology can open the way to completely divergent location and settlement patterns. Greater importance will instead be attached to different ways of organizing work, different cultural heritages, various traditions and separate ways of life» (p. 6). Resta dizer que, no interior deste cone de possibilidades relativamente amplo, dois elementos se destacam pela capacidade que possuem de interferir no sentido dos resultados efectivamente alcançados em cada caso: as opções políticas e estratégicas tomadas pelos diferentes níveis de decisão públicos e privados, por um lado, e as condições socioeconómicas e físicas de partida que se verificam em cada território, pelo outro.

Também o papel das *actividades prestadoras de serviços* como factores de (re)organização do território e de desenvolvimento regional tem sido objecto de análises e interpretações diversificadas.

Na generalidade, os serviços são encarados como um factor favorável à dinamização das várias áreas, quer pelo emprego que criam quer pela diversificação e modernização que proporcionam aos tecidos produtivos locais. A questão que se coloca é a de saber se os actuais padrões de localização das empresas prestadoras de serviços, sobretudo os mais inovadores e estratégicos, se apresentam suficientemente dispersos para que os efeitos benéfi-

cos acima referidos se repercutam de forma equilibrada pelos diferentes tipos de território, sejam eles urbano-industriais ou rurais, de localização central ou marginal.

Se o processo de terciarização for exclusivamente avaliado com base no total de emprego «terciário» (activos de estabelecimentos não industriais nem agrícolas), as tendências verificadas na maior parte dos países mais avançados sugerem a ocorrência de situações espacialmente menos desequilibradas. A terciarização surge, assim, como um vector activo de reequilíbrio territorial, promovendo uma geografia mais justa em contraste com as profundas desigualdades inter e intra-regionais provocadas pelo modelo de desenvolvimento dominante no período do pós-guerra, nomeadamente durante os «30 gloriosos».

Uma análise baseada no total de emprego «terciário» oculta, no entanto, disparidades significativas que se fazem sentir a, pelo menos, dois níveis: a heterogeneidade de serviços existentes, que se traduz pela existência de padrões de localização igualmente distintos, mas que, numa análise global, se podem complementar; a qualidade do emprego criado, independentemente da actividade em que se verifica.

De um modo geral, parece possível afirmar-se que os serviços de carácter predominantemente não mercantil (administração pública, ensino, saúde, etc.) sofreram um processo de desconcentração (por vezes, descentralização), evidenciando implantações territoriais que tendem, se não a reproduzir, pelo menos a aproximar-se da distribuição geográfica das populações. A expansão do *welfare state* e a diminuição das disparidades regionais de poder de compra correspondem, sem dúvida, aos dois factores explicativos mais relevantes dessa tendência.

Pelo contrário, os serviços de apoio às actividades económicas revelam uma tendência dupla, de concentração e desconcentração, muitas das vezes como consequência de estratégias empresariais desenvolvidas justamente com o objectivo de maximizar as vantagens decorrentes da existência de realidades socioprodutivas territorialmente diversificadas.

Os serviços mais especializados e inovadores, que exigem uma relação estreita e directa com o cliente e um mercado de trabalho qualificado e flexível, concentram-se em áreas onde possam beneficiar de economias de aglomeração: os principais centros urbanos apresentam-se, nestes casos, como o modo de organização territorial mais favorável ao tipo de requisitos exigidos.

Os serviços mais rotinizados (e portanto mais sensíveis a estratégias de redução de custos salariais), onde o contacto directo com o cliente não é decisivo (tratamento informático de grande volume de dados, por exemplo) ou que são desenvolvidos por empresas com menor capacidade de fazer face a rendas e preços do solo elevados, tendem a localizar-se em áreas não urbanas, desde que servidas por boas redes de transportes e comunicações.

Uma leitura qualitativa da geografia do emprego «terciário» criado durante os anos 80 indicia que foram as principais aglomerações urbanas (e, nalguns

casos, as áreas de localização imediatamente periférica) e as regiões, urbanas ou não, com elevada qualidade de vida e servidas por redes eficientes de telecomunicações que mais beneficiaram do processo de terciarização (Marshall, 1990). Mas a verdade é que, simultaneamente, novas oportunidades surgiram para o conjunto das áreas rurais ou para muitos dos pequenos centros urbanos, como resultado, por exemplo, de novas estratégias de reestruturação empresarial (desintegração vertical acompanhada por desconcentração geográfica, multiplicação dos casos de organização em cadeias, etc.) ou de campanhas de divulgação e apoio à utilização de tecnologias inovadoras de informação e telecomunicação.

3. DO TERRITÓRIO À TERCIARIZAÇÃO: MODOS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E MUDANÇA SOCIAL

Diversos autores têm, nos últimos anos, chamado a atenção para o facto de determinados *modos de organização territorial* surgirem como particularmente favoráveis à modernização e à competitividade internacional. Partindo da análise de tipos distintos de áreas — nuns casos, de domínio industrial, noutros, de feição urbana —, estes autores têm tentado identificar os factores que se apresentam mais relevantes para explicar as condições de emergência dessas situações e o modo como elas tendem a estruturar-se.

A diversidade de casos estudados, de perspectivas adoptadas e de argumentos invocados não esconde — antes, pelo contrário, sublinha — a ocorrência persistente de determinados aspectos.

Recorrente por excelência, perfila-se o facto de os modos de organização territorial «de sucesso» corresponderem a complexos espacialmente circunscritos de actividades, empresas, instituições e agentes funcionando de forma fortemente interactiva e não raro reticular. De facto, estes «complexos de produção», integrados, flexíveis e internamente descentralizados, apoiam o seu funcionamento numa densa rede de fluxos, materiais e imateriais, mercantis e não mercantis, que potenciam intensos efeitos locais de sinergia. Por outras palavras, é a ocorrência de *economias de escala externas* que viabiliza e alimenta o aprofundamento destes *complexos de produção territorializados* ao fazer beneficiar todos os que aí se localizam das vantagens decorrentes de um meio particularmente favorável à incubação e circulação de ideias, processos e produtos inovadores. A *proximidade física* joga, nestes casos, um papel fundamental ao proporcionar às empresas e instituições existentes um leque alargado de contactos qualificados e estratégicos que permitem minimizar os «custos de contacto» (*transaction costs*) indispensáveis à sua expansão e modernização. Tudo está próximo: da mão-de-obra mais qualificada às actividades económicas complementares, dos clientes mais exigentes aos centros de investigação ou de cultura de maior dinamismo.

É justamente o funcionamento em nebulosa que explica o carácter territorialmente circunscrito destes complexos, facto que tem levado diversos

autores a recuperar o conceito de *meio* para descrever o conjunto de situações onde as características socioeconómicas serão ininteligíveis se consideradas independentemente dos modos de organização territorial particulares a que se associam. No interior deste conjunto de tendências, os serviços em geral, e muito particularmente os de apoio às actividades económicas, destacam-se pelo papel catalisador que possuem. De facto, a sua transversalidade aos diferentes processos produtivos confere-lhes um papel estratégico na construção da integração funcional e territorial acima referida.

A intensidade e a densidade de fluxos locais correspondem ao factor unificador por excelência destes complexos territorializados. Mas a especificidade destas relações é mais qualitativa do que quantitativa, isto é, a coesão e integração locais não derivam tanto do facto de se verificar um grande número de fluxos entre agentes, empresas e instituições presentes na área, mas antes da crescente importância alcançada pelas relações não mercantis nos processos de organização e socialização da produção (May, 1990). Por outras palavras, é o facto de as relações locais de «finalidade produtiva», para utilizar a expressão de Courlet e Pecqueur (1990), englobarem e pressuporem não só fluxos de carácter mercantil (as transacções que cada empresa estabelece com fornecedores e clientes), mas igualmente fluxos não mercantis, institucionalizados ou informais, que empresta a estas situações uma autonomia relativa de funcionamento suficiente para justificar a identificação de *lógicas de organização produtiva territorializadas*.

Essa territorialização da produção implica, portanto, a interacção de:

Forte integração produtiva, decorrente da concentração espacial de um conjunto de estabelecimentos, geralmente pequenas e médias empresas com elevado grau de especialização, que mantêm entre si intensas relações funcionais, quer a montante quer a jusante;

Presença significativa de relações não mercantis, mas que institucionalizam diversas modalidades de cooperação, aliança e parceria entre empresas e instituições locais com vista à resolução de problemas comuns (investigação tecnológica, formação profissional, etc.);

Incidência relevante de relações não mercantis e não institucionalizadas, que se traduzem por uma rápida circulação de informações e saberes e por um sentido de identidade colectiva assente no conhecimento e na confiança pessoais.

É a interacção entre estes três vectores que permite afirmar que, nos casos de complexos de produção territorializados, a densidade de relações interempresas e interinstituições pressupõe a existência não só de fortes relações interpessoais, mas ainda a ocorrência de microprocessos locais de regulação e integração social (Loinger, 1990). Em suma, a integração territorial surge como um factor particularmente propício à intensificação de relações e de formas de pertença social não funcionais nem institucionalizadas, e estas constituem

um elemento cada vez mais decisivo para o modo como a organização da produção se tende a estruturar e a evoluir.

Se a proximidade geográfica corresponde a um vector indispensável à unidade interna destes complexos de produção territorializados, a capacidade de integrar redes supra-regionais e sobretudo supranacionais constitui condição necessária à expansão e afirmação global desses mesmos complexos num mundo cada vez mais competitivo. Reencontram-se, assim, dois aspectos focados na primeira parte deste texto: a emergência de configurações territoriais de tipo arquipélago, que traduzem a multiplicação de casos de complexos de produção territorializados; a articulação entre «espaço geográfico» e «espaço topológico», entre «espaço de lugares» e «espaço de fluxos», como factor que sustenta a emergência e consolidação daquele tipo de situações.

É óbvio que os comentários efectuados, de carácter global, podem levar à subalternização de dois aspectos fundamentais: por um lado, a heterogeneidade de casos integráveis nas situações designadas por «complexos territorializados»; por outro lado, o facto de as lógicas de organização descritas coexistirem com tendências opostas, de desterritorialização evidente (recorde-se o exemplo clássico dos investimentos desenvolvidos numa lógica de enclave).

No quadro apresenta-se uma breve caracterização de alguns dos tipos de «espaço-território» — isto é, áreas que tendem a organizar-se com base nos mecanismos anteriormente identificados — mais estudados nestes últimos anos³. A intenção deste quadro é apenas a de concretizar alguns dos comentários efectuados e, simultaneamente, chamar a atenção para o facto de o «valor acrescentado» susceptível de ser atribuído a cada um dos tipos de espaço-território aí incluídos não só ser bem distinto, como também deixar antever oportunidades futuras de mudança diversificadas.

De Silicon Valley (EUA) à região do Prato (Itália), do vale do Ave (Portugal) ao M4 Corridor (Inglaterra), da cidade científica de Tsukuba (Japão) à área do Sudeste (Inglaterra), não irá um leque de situações suficientemente diversificado para tornar ilícita ou, pelo menos, arriscada qualquer pretensão de análise global? E, mesmo que, em todas elas, o dinamismo verificado assente no tipo de relações anteriormente sublinhadas, não será, da mesma forma, ilícito ou, pelo menos, arriscado identificar as mudanças aí ocorridas com o avanço do processo de terciarização?

A resposta não é simples. É verdade que os complexos de produção territorializados, tal como foram caracterizados, não só não se reduzem à questão de terciarização, como não espelham integralmente a complexidade do fenómeno terciário. Mas não é menos certo que, a partir do momento em que se passa a entender o processo de terciarização como uma componente central dos mecanismos de reestruturação dos sistemas produtivos e socio-

³ Para além dos autores directamente referenciados, constituíram contributos fundamentais para a elaboração deste quadro os textos de Cooke (1987), Mifsud (1991), Scott (1988) e Storper e Walker (1989).

Breve caracterização de alguns tipos de «espaço-território»

Tipos de «espaço-território»	Tipo dominante de economias de escala externas	Relações entre empresas locais		Relações com o exterior
		De carácter não mercantil	De carácter mercantil	
Principais aglomerações urbanas	Economias de urbanização	Forte circulação de informação. Proximidade geográfica, factor favorável a contactos pessoais directos envolvendo: a) acesso a conhecimentos muito especializados; b) decisões estratégicas; c) negociações complexas.	Diversificação sectorial. Importância das empresas de serviços estratégicos e inovadores. Intensidade de fluxos imateriais (financieiros, informação técnica e tecnológica, etc.).	Elevada centralidade no seio de redes de telecomunicação e transporte. Forte internacionalização. Sedes privilegiadas de funções de controlo hierárquico e exercido à distância; nodos de redes «globais» de decisão e inovação.
«Distritos industriais» (Marshall, 1900, Becattini, 1987)/«sistemas produtivos locais» (Garofoli, 1983)	Economias de localização	Redes interpessoais informais de circulação de informação; o conhecimento directo como factor de confiança. Meio sociocultural com uma cultura técnica historicamente acumulada; importância dos mecanismos de aprendizagem colectiva e de reprodução por mimetismo. Transferências de mão-de-obra.	Especialização produtiva numa óptica de divisão sectorial do trabalho. Tecido produtivo funcionalmente atomizado e significativa concorrência horizontal. Importância das estratégias de adaptação à evolução do mercado (resposta à procura).	Abertura ao exterior via mercado das matérias-primas e/ou dos produtos finais.
«Áreas-sistema» (Garofoli, 1983)/«complexos territoriais de tipo saturniano» (Leborgne e Lipietz, 1987)/«meios inovadores» (Aydalot e Keeble, Eds., 1988)	Economias de aglomeração	Forte circulação de informação. Proximidade geográfica como factor favorável a contactos pessoais directos para decisões estratégicas. Intensidade das relações extraprodução (instituições de ensino, formação, investigação, administração pública, etc.). Importância e diversidade de relações não mercantis formalizadas (alianças estratégicas, redes de cooperação, parceria, etc.	Diversidade produtiva numa óptica de divisão intra-sectorial do trabalho. Integração funcional (horizontal e vertical) flexível: relativa estabilidade de clientes e fornecedores, subcontratação de especialidade, recurso a serviços de apoio qualificados e diversificados (sistema de «quase integração vertical»).	Forte abertura ao exterior. Focos supranacionais de difusão de inovações.

culturais, e não apenas como uma extensão do designado «sector terciário» (Ferrão, 1988), terciarização, inovação e modernidade surgem inelutavelmente associadas. Assim sendo, haverá (ainda) lugar para novas configurações espaciais imunes ao processo de terciarização?

4. COMENTÁRIO FINAL

A emergência de configurações espaciais em arquipélago evidencia bem o leque de consequências que, ao nível territorial, se podem associar aos processos de terciarização em curso. A emersão de novas «ilhas» ou a «submersão» de espaços até há pouco dinâmicos mais não fazem do que reflectir uma tectónica socioeconómica viva, onde centralidades e marginalidades se reconstróem por vezes de forma inesperada.

Os factores que condicionam esses movimentos encontram-se, porém, insuficientemente identificados; menos conhecidos ainda são as acções e os instrumentos necessários para as controlar. As reconfigurações espaciais que têm vindo a acompanhar a crescente terciarização das sociedades actuais permitem, no entanto, combater dois mitos persistentes nos discursos sobre questões territoriais: o da tendência para o reforço dos padrões, já existentes, de organização espacial de tipo centro/periferia e o da possibilidade de se generalizarem situações marcadas pela ocorrência de espaços isomórficos, homogéneos. Na realidade, nem a geografia das disparidades é imutável nem as especificidades regionais evidenciam qualquer propensão para desaparecer generalizada e definitivamente.

As alterações em curso criarão novos desafios, sugerindo desde já a possibilidade de oportunidades e problemas distintos dos que prevaleceram até agora em cada área e indiciando a exigência de medidas e acções igualmente diferentes das que têm vindo a ser definidas, sobretudo no âmbito da política regional.

Portugal não ficará imune a muitas das transformações referidas ao longo deste texto. Importa agora saber até que ponto os padrões de especialização produtiva das várias parcelas do território nacional e o modo como estas se organizam internamente e se inserem em redes internacionais conseguirão sustentar duradouramente a constituição de complexos territoriais favoráveis à mudança e à inovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLER, R. (1970), «What Makes Cities Important?», in *Bell Telephone Magazine*, 49, pp. 10-15.
- AYDALOT, Ph., e D. Keeble (eds.) (1988), *High Technology Industry and Innovative Environments: the European Experience*, Londres, Routledge.

- BECATTINI, G. (ed.) (1987), *Mercato e Forze Locali: il Distretto Industriale*, Bolonha, Il Mulino.
- CAPELLIN, R. (1988-a), «Transaction Costs and Urban Agglomerations», in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n.º 2, pp. 261-278.
- CAPELLIN, R. (1988-b), «The Diffusion of Producer Services in the Urban System», comunicação apresentada no European Summer Institute, Garda, Itália.
- CASTELLS, M., e J. Henderson (1987), «Techno-Economic Restructuring, Socio-Political Processes and Spatial Transformation: a Global Perspective», in *Global Restructuring and Territorial Development*, J. Henderson e M. Castells (eds), Londres, Sage, pp. 1-17.
- CLARK, D. (1984), *Post-Industrial America. A Geographical Perspective*, Nova Iorque e Londres, Methuen.
- COFFEY, W. J. (1990), «Panacea or Problem? The Role of Services and High Technology in Regional Development», in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n.º 5, pp. 715-734.
- COOKE, Ph. (1987), «Flexible Integration, Scope Economies and Strategic Alliances: Social and Spatial Mediations», comunicação apresentada ao seminário Changing Labour Processes and New Forms of Urbanisation, Samos, Grécia.
- COURLET, C., e B. Pecqueur (1990), «Systèmes Locaux d'Entreprises et Externalités: Essai de Typologie», comunicação apresentada ao colóquio Mondialisation de l'Économie et Développement des Territoires, Saint-Etienne, França.
- CUADRADO ROURA, J. R. (1990), «Services and New Information Technology — Producer Services», in R. Cappellin e P. Nijkamp (eds.), *The Spatial Context of Technology Development*, Avebury, Gower, Aldershot, pp. 195-226.
- DANIELS, P. W. (1985), *Service Industries. A Geographical Appraisal*, Londres, Methuen.
- DEAR, M. (1988), «The Post-Modern Challenge: Reconstructing Human Geography», in *Transactions*, nova série, IBG, vol. 13, n.º 3, pp. 262-274.
- DOMINGUES, A. (1990), «Terciarização e centralidade. Tendências locativas dos serviços à actividade produtiva e reconfiguração da rede urbana no NO de Portugal», comunicação apresentada ao 1.º Encontro da APDR, Aveiro.
- FERRÃO, J. (1988), «Entender o actual processo de terciarização: das teses às dúvidas», in *Análise Social*, vol. XXIV, n.ºs 101-102, pp. 703-717.
- GAROFOLI, G. (1983), *Industrializzazione Diffusa in Lombardia. Sviluppo Territoriale e Sistemi Produttivi Locali*, Milão, Franco Angeli Editore.
- GOTTMANN, J. (1983), *The Coming of the Transactional City*, Maryland, University of Maryland, Institute for Urban Studies.
- KEINATH JR., W. F. (1985), «The Spatial Component of the Post-Industrial Society», in *Economic Geography*, 61 (3), pp. 223-240.
- LEBORGNE, D., e A. Lipietz (1987), «New Technologies, New Modes of Regulation: Some Spatial Implications», comunicação apresentada ao seminário Changing Labour Processes and New Forms of Urbanization, Samos, Grécia.
- LOINGER, G. (1990), «Mutations Technologiques et Système Productif Local et Régional: une Nouvelle Donne», comunicação apresentada ao colóquio Mondialisation de l'Économie et Développement des Territoires, Saint-Étienne, França.
- MARSHALL, A. (1900), *Elements of Economics of Industry*, Nova Iorque, Macmillan.
- MARSHALL, J. Neill (1990), «The Dynamics of Producer Services», in R. Cappellin e P. Nijkamp (eds.), *The Spatial Context of Technological Development*, Avebury, Gower, Aldershot, pp. 167-193.
- MAY, N. (1990), «Socialisation Productive et Réseaux Sociaux», comunicação apresentada ao colóquio Mondialisation de l'Économie et Développement des Territoires, Saint-Étienne, França.
- MIFSUD, P. (1991), «Mondialisation de l'Économie et Développement des Territoires», comunicação apresentada ao 5.º encontro do Joint Programme on Regional Sciences in Southern Europe, Poitiers, França.
- NOYELLE, T. J. (1985), *New Technologies and Services. Impacts on City and Jobs*, The University of Maryland, Institute for Urban Studies.

Terciarização e território: emergência de novas geografias?

- SALGUEIRO, T. Barata (1991), «O mundo está cada vez mais pequeno. Reflexão sobre o espaço geográfico», comunicação apresentada ao 1.º Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa.
- SCOTT, A. J. (1988), *New Industrial Spaces*, Londres, Pion.
- STERNLIEB, G., e J. W. Hughes (eds.) (1975), *Post-Industrial America: Metropolitan Decline & Inter-Regional Job Shifts*, New Brunswick, New Jersey, The Center for Urban Policy Research.
- STORPER, R., e R. Walker (1989), *The Capitalist Imperative. Territory, Technology and Industrial Growth*, Basil Blackwell, Nova Iorque e Oxford.
- TÖRNQVIST, G. (1988), «System of Cities in Changing Technical Environment», comunicação apresentada ao 28th European Congress of the Regional Science Association, Estocolmo, Suécia.